

LES 1450 – Democracia e questão agrária

Resumo do artigo: “Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre o assentamento periurbano no Estado de São Paulo”

Introdução

A concentração da estrutura fundiária no Brasil é uma das bases que sustentam a desigualdade social no país e de acesso a bens e serviços. A partir deste ponto de vista, o artigo visa focar as principais transformações provocadas por uma forma alternativa de ocupação do território nos arredores da aglomeração urbana de Campinas, estudando os impactos e as mudanças oriundas dos assentamentos no âmbito local, em especial aquele denominado Milton Santos.

Um breve olhar sobre a evolução do debate acerca da questão agrária no Brasil

A redemocratização brasileira trouxe como uma das expectativas do período a retomada do tema da reforma agrária na agenda política, abrindo espaço para a reivindicação de grupos antes marginalizados pelo regime. Neste quadro, houve o surgimento de novas organizações, como o MST, fundado em 1984, no último ano da ditadura.

Nesta época, o I Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra de 1964, foi concebido pelo governo Sarney, ampliando as esperanças acerca de uma reforma mais acentuada. No entanto, os ímpetos antirreformistas desaceleraram a reforma agrária do governo Sarney, que atingiu apenas cerca de 10% do previsto. A intensificação da modernização da agricultura, juntamente com a urbanização da população brasileira, teve um papel relevante para a veiculação cada vez maior de discursos contrários à reforma agrária. Autores que antes a defendiam, como Zander Navarro, passam a considerá-la como medida obsoleta.

No entanto, o clamor por reforma agrária não desapareceu. Movimentos sociais e grupos da sociedade pressionaram e continuam pressionando esferas governamentais em busca de respostas e ações. Neste âmbito, mais recentemente, houve a reestruturação da estratégia por parte dos movimentos sociais em termos de privilegiar a instalação dos agricultores em zonas de maior infraestrutura. Como reflexo de tal estratégia, o MST, no

estado de São Paulo, passou a reivindicar o assentamento de agricultores próximos a aglomerações urbanas, sob a concepção de “Comuna da Terra”. Além disso, os projetos dos assentados, que são em sua maioria originários de grandes centros urbanos, devem possuir como pilares a agroecologia e a cooperação nos processos produtivos. O acesso coletivo à concessão da terra é também aqui privilegiado. Tais premissas foram parcialmente adotadas pelo MST nos últimos anos.

O artigo prossegue afirmando que as estratégias e bases em favor da reforma agrária estão se transformando, o que torna pertinente um exame mais global da instalação dos agricultores sem terra. Nesta ótica, as novas reivindicações sociais em torno da preservação ambiental, da produção de energias renováveis, das práticas sustentáveis de exploração dos recursos naturais e da oferta de alimentos saudáveis permitem elevar a questão agrária para outro nível histórico de legitimidade política.

Dinâmicas territoriais em torno de um assentamento periurbano: o caso de Milton Santos

As terras ao redor da região do assentamento estão densamente ocupadas por uma população urbana e também são cultivadas de cana de açúcar em grande escala. Tais terras nas proximidades dos perímetros urbanos são adjacentes de bairros precários.

A visão vigente no país de que a compra seria a única forma legítima de acesso à terra acarreta preconceitos contra os sem-terra e sua luta. Porém, a intervenção pública em favor da instalação de assentamentos nesta região leva a questionamentos sobre este tipo de visão, pois permite um olhar acerca das mudanças sociais associadas a uma dinamização territorial, tais como a oferta de produtos alimentares e a modificação da paisagem, aumentando o reconhecimento do papel de tais agricultores na sociedade.

Com relação aos assentados, houve uma clara melhora na condição de vida, atrelada ao enriquecimento da alimentação, decorrente da diversidade de cultivos, e ao acesso à casa própria. Cerca de 90% dos assentados do Milton Santos eram moradores de periferias de cidades distantes num raio de 30 km do assentamento. No geral, tais indivíduos tinham como ocupação trabalhos mal remunerados e muitas vezes sazonais, como colheita de laranja. Tais situações motivaram o engajamento no movimento pelo

acesso à terra. A idade média dos assentados era de 51 anos, em 2009, e cada unidade familiar era composta por 3,4 pessoas.

A proximidade de grandes cidades permite aos assentados oportunidades de trabalho. Segundo o artigo, 22 das 42 famílias entrevistadas possuíam ao menos 1 membro com trabalho nesses centros, em grande parte, jovens. No entanto, tal trabalho é visto como complemento a renda: a evolução de atividades para-agrícolas e não-agrícolas dentro do assentamento são anseios dos agricultores. Tal perspectiva permite realçar o potencial do assentamento para o dinamismo local.

Em 2009, a principal fonte de remuneração dos agricultores do assentamento era a venda dos produtos a partir do PAA em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. No mesmo período, cerca de 11.000 pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar receberam alimentos provenientes de assentamentos da região, notadamente Milton Santos. O PAA favorece a diversidade produtiva, apesar da queixa de atraso nos pagamentos e dos preços baixos de venda.

O assentamento sofre com carências. O abastecimento de água para irrigação é tido como o principal entrave para a produção para 55% dos assentados entrevistados. O acesso ao local também é precário e as ferramentas de trabalhos são rudimentares.

A estrutura de organização do Milton Santos sofreu forte desagregação nos últimos anos, sendo minada por uma desconfiança em razão notadamente de um sentimento de desequilíbrio ou desproporção em relação à divisão de tarefas. No entanto, o ímpeto de mobilização por parte dos assentados não é inexistente, a implantação do assentamento, conquistado graças a um espírito de união e de perseverança dos sem terra, incita um debate público sobre a ocupação das terras desta região, encorajando debates sobre um desenvolvimento fundado na expansão da agricultura familiar local.

Conclusão

O artigo conclui que a atividade agrícola tem grande importância no assentamento, tanto no âmbito econômico, quanto no social. O programa de PAA em sua modalidade de “Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea” é de extrema importância para o Milton Santos. No entanto, outras atividades não agrícolas são tidas como soluções e caminhos para o desenvolvimento do assentamento, como mercados e funilarias.

Por outro lado, as preocupações ligadas à sustentabilidade e ao respeito ao meio ambiente se situam num plano secundário para os assentamentos, visto a prioridade atribuída à busca de meios para produzir a fim de alimentar as famílias e assegurar uma renda considerada como minimamente satisfatória. De toda a maneira, as famílias assentadas são muito receptivas a propostas voltadas aos cuidados com a natureza, como aquelas agroecológicas.

Lourenço Stivali Teixeira